

**Pesca da tainha é motivo de disputa política em Florianópolis**



**Fotorreportagem mostra que renda de bilro é trabalho, terapia e cultura**



**Notas de afeto: entrevista com a compositora e cantora Liniker**



# ZERO *Edição especial*

Curso de Jornalismo | UFSC | Florianópolis | Dezembro de 2018 | Ano 37 | Número 5

# Uma marina no meio do caminho

Impasse entre pescadores e a Prefeitura Municipal de Florianópolis ronda a maior obra turística prevista para os próximos anos



# Obter remédios via SUS leva a batalhas jurídicas

Como a judicialização afeta quem precisa de medicamentos para viver. Em 2016, 1.346.931 processos com o tema saúde tramitaram no Judiciário, segundo o Relatório Justiça em Números, produzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e divulgado em 2017



De olho nos interesses da comunidade e atento às práticas do jornalismo de qualidade, o jornal **Zero** atravessou 2018 trazendo para os leitores assuntos que não só se mostraram polêmicos e necessários, mas também temas que estão na ordem do dia e às vezes passam despercebidos.

Mas não para quem escolheu o Jornalismo como percurso, meio de ação e compromisso social. É com esse propósito que nesta última edição de 2018 fazemos uma breve retrospectiva das nossas publicações. Foram quatro edições impressas (maio, julho, setembro e novembro) e uma digital (dezembro), além de matérias nas redes sociais.

Em um ano marcado por eleições que definiram o futuro presidente do Brasil, governadores e parlamentares; também eleições que escolheram o novo reitor da UFSC e em que se concluiu o relatório policial da operação que impactou diretamente a universidade, a Ouvidos Mucos, não haveria como não abordar esses temas em mais de uma edição. Mas houve muito mais, com uma média de sete matérias por número do **Zero**. O convite é para lembrar as principais coberturas.

**Maio:** Reportagem de capa deu voz a moradores rua de Florianópolis e ouviu representantes da prefeitura para um problema social que só cresce, sem uma solução à vista. A edição também deu destaque aos programas socioeducativos, cuja realidade está sempre um passo atrás do que pregam as teorias e as leis. Foi focado o transporte coletivo na Grande Florianópolis, com denúncias de usuários, entre outros temas.

**Julho:** O desaparecimento das abelhas se tornou assunto mundial. Na Europa, enquanto medidas preventivas são anunciadas, como a proibição de agrotóxicos nas plantações, no Brasil, e, em Santa Catarina em especial, o maior produtor de mel do país, as discussões ainda são incipientes. O Zero saiu a campo para ouvir apicultores, cientistas e avaliar leis que pretendem liberar ainda mais agrotóxicos em uso. Adaptações da UFSC para receber deficientes físicos e a questão da imigração, com foco nos venezuelanos, deram atualidade à cobertura da edição, assim como um infográfico sobre a Copa do Mundo na Rússia.

**Setembro:** Direitos que não são cumpridos na prática: esse foi o tema presentes em várias reportagens da edição. Na capa, recebeu destaque a derrubada espetacularizada de humildes estabelecimentos de moradores tradicionais de Florianópolis, em um explícito tratamento desigual ao que as sentenças destinam a *beach clubs* de proprietários endinheirados. A receptividade de Florianópolis, que se diz “amiga” da comunidade LGBT, também foi colocada à prova, com uma série de entrevistas, entre outros temas.

**Novembro:** A infância esteve em destaque nesta edição, com enfoques diferenciados. A capa escancara a dificuldade que se observa no país todo, de se conciliar casos reais de abuso infantil com os dados oficiais. Resultado: sem uma visão do que acontece na prática, as políticas públicas deixam de ser eficientes nesse tipo de violência que segue praticamente silenciada. Na outra ponta social, em contraste, foram enfocados serviços de *KidCoaching*, contratados por pais com dificuldades em orientar seus filhos a lidar com situações do dia a dia. Ações voluntárias em comunidades carentes fizeram outro contraponto à infância, revelando em outra matéria como o esporte surte efeito para orientação de crianças sem oportunidades. A edição ainda falou do fechamento do museu da UFSC, o MARQUE; de hábitos tradicionais que se perderam na standardização do comércio, como as cadernetas; e da transposição de imaginários como realidades artificiais criada para estimular o turismo catarinense, caso da Alemanha em Blumenau.

## EDITORIAL

Para fechar o ano de 2018, esta quinta e última edição do jornal Zero é um número especial. Em versão apenas digital, a edição apresenta textos produzidos por nós, e também por outros colegas, em disciplinas que não apenas a de jornal-laboratório do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Ao abrir espaço para a publicação de matérias que experimentam diferentes angulações e recursos textuais, como é proposto ao longo das cinco disciplinas de Apuração, Redação e Edição do curso, estamos contribuindo para dar visibilidade a textos de qualidade, mas também para divulgar conteúdos que vão ao encontro do projeto editorial deste jornal-laboratório, que é o de expor fatos que estimulam debates e questionamentos sobre o cotidiano. São todos motivos mais do que justificados para que essas matérias estejam agora também à disposição dos leitores do Zero.

Tradições de Florianópolis são o mote de três reportagens selecionadas para esta edição especial. A pesca na capital é lembrada tanto na safra da tainha e no impacto social da atividade, quanto no impasse entre pescadores e prefeitura em torno da concessão de área em frente à Avenida Beira-Mar Norte, para a construção de uma marina no local. Assunto que divide opiniões, aqui prós e contras são enfocados em reportagem de capa - lembrando que o assunto segue em pauta.

No mar ou na terra, tradicionais são também as rendeiras que estampam a matéria fotográfica desta edição. Captadas no instante em que dão vida às tramas da renda de bilro, essas guardiãs da arte que herdaram de mães e avós, apesar da beleza de seus gestos, não têm muito o que comemorar: as novas gerações já não se interessam pelo traçar de fios de que elas são mestres.

De realidade distinta, mas não de menos luta, é a vida de outras duas personalidades que são tema de matéria e entrevistas desta edição. A primeira é Dirlei Inês Thiel, mulher de baixa renda vinda da zona rural de Santa Catarina e que, na capital, luta por um diploma universitário. A entrevista fica por conta de Liniker, mulher trans que, com muito talento e carisma, tem garantido seu espaço no cenário da música brasileira dos últimos anos.

Se a luta por dignidade, conquistas e direitos por vezes acontecem por meio da arte e da música, também pode vir por ações, persistência e muita garra. É o que demonstram ter os pacientes que encaram tribunais e longos processos burocráticos para obter na Justiça medicamentos que podem salvar suas vidas.

Judicialização da saúde é outro tema desta edição especial, que revela que, por vezes, esse é o único caminho que o paciente tem para procurar vencer obstáculos, como são o câncer e a psoríase, doenças que, como revela a matéria, fazem parte do cotidiano dos entrevistados e depoentes.

Ainda que a realidade seja cruel - e ela é -, não deixa também de ser bela e poética. Às vezes ao mesmo tempo. Que o digam nosso olhares apurados, sempre em busca de boas pautas. É dessa mistura que o Zero se nutre, trazendo para suas páginas e compartilhando com o leitor o que pareceria uma contradição - mas é a vida sendo reportada.

## ZERO

JORNAL-LABORATÓRIO ZERO  
Ano 37 - Nº 5  
Dezembro de 2018

Mande críticas, sugestões e comentários. Participe!

✉ zeroufsc@gmail.com

☎ (48) 3721-4833

📱 /jornalzero

🐦 @zeroufsc

Departamento de Jornalismo

Centro de Comunicação e Expressão

Universidade Federal de Santa Catarina

Trindade | Florianópolis | SC | CEP: 88040-900



3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil

**EXPOCOM 1994**



Melhor Jornal-Laboratório - I Prêmio Foca

**Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina 2000**



Melhor Jornal-Laboratório

**EXPOCOM SUL 2015 & 2017**



Melhor Jornal-Laboratório do Brasil

**EXPOCOM 2015**



Reportagem em Jornalismo Impresso

**EXPOCOM NACIONAL 2017 & 2018**



Reportagem em Jornalismo Impresso

**EXPOCOM SUL 2017 & 2018**



Melhor Peça Gráfica

**Set Universitário | PUC-RS**

**1988, 1989, 1990, 1991, 1992 & 1998**



Proposta de pauta vencedora

**10º Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão**

### REPORTAGEM

Amanda Regina Rosa, Carla Mereles, Carolina Maingué, Eliza Della Barba, Giovanni Vellozo, Júlia Mallmann, Manoela Bonaldo, Pedro Bermond Valls e Victor Lacombe

### REDES SOCIAIS

Carolina Bernardi, Maria Luiza Pires, Pedro Bermond Valls e Victor Lacombe

### FOTOGRAFIA

Amanda Regina Rosa, Daniel Sborz, Eliza Della Barba, Manoela Bonaldo e Pedro Aguiar Strapasolas

### INFOGRAFIA

Ildo Francisco Golfetto

### DIAGRAMAÇÃO

Camila Saplak, Carolina Maingué, Júlia Mallmann e Aline Ramalho

### PROJETO GRÁFICO

Bruna Elisa Mayer, Caroline Copatti Selbach, Ildo Francisco Golfetto, João Vitor Nunes, Larissa Karla Martinelli e Mariela Cancelier

### REVISÃO FINAL

Valentina da Silva Nunes e Alggeri Hendrick

### CHEFIA DA EDIÇÃO

Giovanni Vellozo e Natália Walter

### CAPA

Ildo Francisco Golfetto e Júlia Mallmann

### PROFESSORES RESPONSÁVEIS

Ildo Francisco Golfetto (SC 02372-JP)  
Valentina da Silva Nunes (MTB MS 14224)

### MONITORIA

Júlia Mallmann

### DISTRIBUIÇÃO

Nacional

### FECHAMENTO

13 de dezembro 2018

# Saúde na balança da Justiça

Muitas pessoas ficam ansiosas por ter que ir ao médico. Comigo, nunca foi assim. Mas aquele dia era diferente, eu sabia que sairia do consultório com algo que há muitos anos procurava; um diagnóstico. Eu, aos 17 anos, com o coração palpitante, encarando minhas mãos, minhas unhas sem esmalte, frágeis, doentes, aguardava na sala de espera. Em poucos minutos, as dezenas de folhas de exames foram decifradas pelo médico que constatou: “como eu pensava... É psoríase”. Passaram-se quase 10 anos para que o diagnóstico viesse, aquelas palavras me libertaram da dúvida e de tratamentos errados.

A doença começou nas unhas dos dedos dos pés, as deformando, deixando-as ocas e com manchas amarelas. Aos 16 anos, período em que vivi o grande estresse do vestibular, a doença se agravou e passou para as unhas das mãos. Não vivia mais sem esmaltes e sem remédios para dor: ora doíam as unhas, ora doíam as articulações.

A psoríase é uma doença autoimune - o sistema imunológico ataca as células saudáveis do organismo - ou seja, o corpo reage contra ele mesmo. Ela não é contagiosa e não tem cura, mas tem tratamento para que não evolua e desenvolva outras doenças, como artrite. Ainda não se sabe ao certo a causa da patologia, os fatores genéticos e o estresse são elementos-chave para o desenvolvimento da doença.

Quando o tratamento iniciou, tudo virou uma montanha-russa de altos e baixos. Comecei com medicamentos via oral, arqueei com remédios de 30 reais a 500 reais a caixa, que não duravam um mês. Todos eles pararam de fazer efeito. Em seguida, fui para os injetáveis. Entrei com um pedido para recebê-los pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Encaminhei a solicitação do médico e alguns exames para a Farmácia de Alto Custo, ou Unidade de Assistência Farmacêutica, da minha cidade, Palhoça, Grande Florianópolis. Cada Farmácia distribui uma lista de remédios, dos mais de mil medicamentos cadastrados no SUS, os chamados medicamentos essenciais. Essa lista é atualizada a cada dois anos. A espera durou cerca de um mês para que eu começasse a receber a medicação. Nos primeiros dias de cada mês, teoricamente, o meu remédio estava disponível na Farmácia. No começo era: “Já chegou?”. Depois passou para “Esse mês tem?”, pois inúmeras vezes faltava. O meu e o de diversas pessoas que antes mesmo de pegarem a senha para serem atendidas, procuravam a lista colada na entrada da farmácia que anunciava: “Remédios em falta”.

Após três anos de tratamento, esses medicamentos também pararam de fazer efeito. Desde o início, eu estava consciente de que faria todo o “caminho das

pedras”: teria que usar todos os medicamentos disponíveis no SUS até que parassem de fazer efeito, para tentar os de primeira linha no tratamento da psoríase, os imunobiológicos - remédios que funcionam como anticorpos, e que atingem exatamente as moléculas que causam o surgimento da doença. A minha medicação imunobiológica se chama Stelara (Ustequinumabe) e custa em média 15 mil reais a aplicação, que deve ser feita a cada três meses. Em março de 2018, meu médico me inscreveu em um programa de uma empresa farmacêutica, que me fornece de forma gratuita o medicamento desde abril, porém, são disponibilizadas poucas doses. Atualmente estou na minha última dose gratuita. O remédio não se encontra na lista de medicamentos disponibilizados pelo SUS, por isso, entrei em contato com o advogado Eduardo Borchadt em junho para iniciar um processo judicial pedindo que o Estado arque com os custos.

## Batalhas judiciais por medicamentos

A lista de remédios do SUS não contempla boa parte da população, principalmente no que diz respeito ao tratamento de doenças mais complexas e de medicações mais caras. Processos judiciais para conseguir medicamentos são muito comuns, somente em 2016 1.346.931 processos com o tema saúde tramitaram no Judiciário, segundo o Relatório Justiça em Números, produzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e divulgado em 2017.

O advogado Eduardo Borchadt trabalha com processos judiciais por medicamento há sete anos e destaca que esse tipo de processo pode durar meses até a que Justiça Federal o julgue.

Para iniciar um processo judicial por medicamento é preciso primeiramente procurar um advogado ou a Defensoria Pública. Ter a receita do médico, e levá-la até as secretárias do município e do estado que fornecerão as “negativas”. Esses documentos constatarem que nem o município e nem o estado possuem a medicação prescrita na lista de remédios disponibilizados. Com essas “negativas” é aberto um processo com o pedido para que estado, município ou União, que é responsável pelos dois, façam a compra do medicamento e o disponibilizem. “Aumentar o histórico médico é um requisito

**“Quantas crianças morreram pois não conseguiram o remédio a tempo ou porque não tomaram o correto? É caso de vida ou morte, não dá pra esperar”**

## Como a judicialização afeta quem precisa de medicamentos para viver

básico, pois o juiz analisa os tratamentos e medicamentos utilizados anteriormente pela pessoa. Para tentar a medicação mais cara, é preciso que tenha passado por tratamentos alternativos fornecidos pelo SUS, sem tentar esses medicamentos o juiz irá, de pronto, indeferir o processo”, explica Eduardo.

Dependendo do caso, haverá uma análise diferente por cada juiz. Situações que envolvem risco de vida, geralmente, são julgadas com maior urgência. Porém, muitas vezes, a espera é longa e, como destaca Eduardo, a falta de dinheiro normalmente é a resposta. “O município tenta passar a responsabilidade para o Estado que, por sua vez, passa a responsabilidade para a União. A justificativa é quase sempre falta de verbas”.

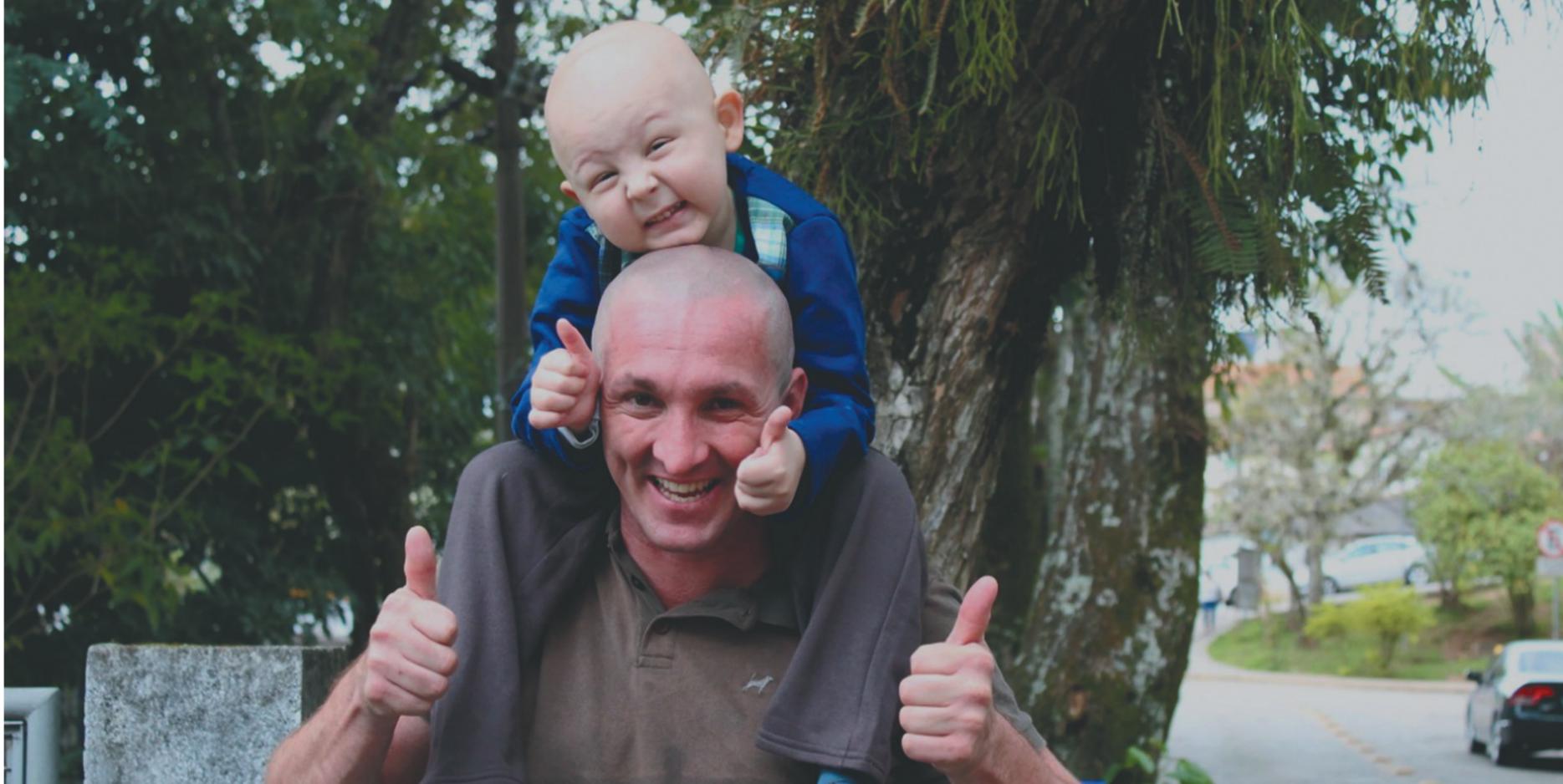
Conheci Eduardo Borchadt por indicação do meu médico, quando questionei como iniciaria o processo para conseguir o medicamento. Eduardo e eu nos tratamos no mesmo dermatologista e temos a mesma doença. Desde os 16 anos, ele enfrenta a psoríase que, diferente da minha, ataca sua pele causando descamações e placas avermelhadas que chegam a sangrar. Remédios, pomadas, nada conseguiu controlar a doença, como o imunobiológico Humira (Adalimumabe). Até ter acesso a este medicamento, que custa em média 15 mil reais, a doença chegou a tomar 70% de seu corpo. “Sob o efeito dele é imperceptível que eu tenho psoríase. Mudou totalmente a minha vida. Isso foi uma benção”, conta. Este medicamento também não é disponibilizado pelo SUS, então seu pai, o advogado Ivo Borchadt iniciou o processo para consegui-lo por via judicial, na época Eduardo ainda estudava Direito. Processos na área da saúde sempre o fascinaram, são esses trabalhos que lhe dão mais prazer, “é uma área que me traz extrema satisfação, principalmente por ter passado por isso”.

O resultado positivo de um processo por medicamento é sempre esperado, porém, Eduardo destaca que, ultimamente, esses resultados estão cada vez mais difíceis de ser alcançados. “Independente da doença, eles estão negando bastante. E sabemos que vai continuar a esse passo, porque os cofres públicos estão cada vez mais escassos.”

Há uma grande distância entre o que realmente ocorre e o que legislação determina. A Lei 8080/90 da Legislação do SUS garante: “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”. De acordo com Eduardo, a legislação do SUS é boa, mas precisa ser verdadeiramente colocada em prática. “Hoje eu me sinto abraçado pela Constituição, por saber que vou ter esse medicamento pro resto da vida. Esse é um acesso que ainda pouca gente conhece e, por mais que às vezes seja penoso, as pessoas tem esse direito”.

## Doença de rico

Anderson Menger já estava acostumado com sua mãe levando seu pai de lá pra cá para tratar da diabetes. “Mais uma viagem”, pensou. Na década de 80, ele e sua família moravam em Curitiba-



nos, interior de Santa Catarina, onde não havia tratamentos para a doença. Essa viagem, porém, mudou sua vida para sempre. Aos sete anos de idade descobriu que tinha Diabetes tipo 1 - quando o corpo deixa de produzir insulina, que faz a quebra das moléculas de açúcar. Desde então começou a se aplicar insulina diariamente. Hoje, aos 37 anos, Anderson conta que essa foi só a primeira das diversas batalhas que se sucederam enfrentando a doença: a morte do pai por complicações da diabetes, à cegueira aos 30 anos de idade, as brigas judiciais para conseguir tomar a medicação que equilibra a sua diabetes, são algumas delas.

No início do tratamento, Anderson retirava as insulinas no posto médico, fornecidas gratuitamente pelo SUS. Fazia em média duas aplicações por dia. Com o passar do tempo, essa medicação parou de controlar a sua doença. Desmaios, fala desconexa e convulsões passaram a ocorrer com mais frequência. Até começar a enfrentar problemas de visão, passando por seis cirurgias e um episódio de cegueira que durou seis meses.

Já morando em Florianópolis há 18 anos, lembra que, por indicação do médico, entrou com um processo na cidade de São José, Grande Florianópolis, para conseguir outro tipo de insulina, que o SUS não fornece. Após alguns meses, Anderson ganhou judicialmente as insulinas que chegavam na Farmácia Judicial todo início do mês. Até que pararam de chegar. No começo pensou que fosse um dos atrasos que sempre aconteciam, mas ao verificar pessoalmente, o avisaram que seu nome não estava mais na lista para receber o medicamento. “Acharam uma brecha no meu processo, para eu não receber mais. Cancelaram a minha insulina”.

Mesmo depois de ganhar o direito de receber o remédio, é comum que o Estado entre com recurso para tentar reverter o resultado. Por vezes, mesmo o cidadão já recebendo o medicamento, o recurso é avaliado e a mediação cancelada.

Anderson trocou de advogado, e foi iniciado um novo processo em Florianópolis. Atualmente, ele toma a medicação seis vezes ao dia, dois tipos de insulina, uma que custa, em média, 80 reais e outra 40 reais. Passaram-se seis meses para que ele começasse a recebê-las pelo SUS. “Durante esse tempo tive que comprar. Eu e minha mãe tivemos que nos ‘virar nos 30’, pois eram 720 reais de insulina todo mês. Quando não entregam eu tenho que comprar também. Eu já perdi as contas de quantas vezes eu tive que comprar.”

Quando Anderson descobriu a diabetes, há 30 anos, não havia muita informação à respeito da doença e sua família não tinha condições financeiras de arcar com o tratamento. Sua mãe era costureira e seu pai aposentado por invalidez, pois tinha complicações da diabetes em estágio avançado. “No início as pessoas não acreditavam que eu tinha diabetes. Elas diziam ‘isso é doença de rico’. Claro, tudo era longe, o tratamento era caro. Ainda é, né?”.

Hoje, Anderson trabalha numa empresa de máquina de cartão de crédito e, nos finais de semana, entrega pizzas para complementar a renda. Ainda assim, precisa controlar os gastos do mês para poder arcar com a medicação quando falta na Farmácia. “Não posso ficar sem, senão eu literalmente morro. Quando não tem eu ligo pra farmácia e eles dizem ‘eu sei que você precisa mas não tem o que fazer’. É essa bagunça sempre. Eu sei que o meu caso não é ainda a insulina mais cara, tem pessoas que pegam insulina de 200 reais. Como que eles fazem quando falta?”.

### Não há espera entre a vida e a morte

Era uma tarde quente de fevereiro, véspera de Carnaval. Florianópolis estava movimentada com os preparativos do feriado. Rodolfo Rogério Hass, de 34 anos, e Bruna Rosa, de 31 anos, foram com seu filho, o pequeno Roger de apenas três anos para o centro da cidade comprar perucas para pular o carnaval. No caminho, Roger começou a sangrar pelo nariz. Os pais, preocupados e suspeitando de uma pressão alta, o levaram para o Hospital Infantil Joana de Gusmão, no bairro vizinho, Agrônômica. O pequeno fez exames de

sangue e logo foram liberados. Mais tarde, quando voltaram ao hospital para receber os resultados, ouviram, em choque, o que não esperavam: Roger foi diagnosticado com Leucemia Linfóide Aguda (LLA) - tipo de câncer do sangue e da medula óssea - e as células cancerígenas já estavam presentes em 87% de seu corpo.

Depois do diagnóstico, a internação e o tratamento à base de quimioterapias, foram necessários. No início, tudo corria bem, até que Roger começou a ter muitas reações adversas como tremeleiras e enjoos. Rodolfo e Bruna, conversando com médicos e outros pais que também estavam na luta contra o câncer de seus filhos, indicaram outros medicamentos mais eficientes. Um deles era a Oncaspar (Pegaspargase), o medicamento que custa em média 7.700 reais, foi registrado em 2017 pelo Ministério da Saúde.

Vendo as reações do Roger durante as quimioterapias, e o efeito positivo que o medicamento tinha em outras crianças que também estavam em tratamento, seus pais decidiram então começar uma vaquinha online e, em poucos dias, tinham dinheiro para arcar com o custo da primeira dose da Oncaspar. “Não entramos com a ação, porque não daria tempo dele receber se ganhasse e ele precisava com urgência. E seria difícil nós ganharmos porque pensamos que o Estado entenderia da seguinte forma: se o SUS está disponibilizando uma medicação que serve pra tratar o filho dele por que ele quer uma melhor? Mas do ponto de vista do pai, se eu posso dar pro meu filho um remédio melhor, eu vou dar”, desabafa Rodolfo.

Convivendo com diversos casos dentro do Hospital, os pais de Roger optaram pela vaquinha, pois acreditaram que a mobilização das pessoas é mais rápida que o Estado. Entre as histórias que presenciaram no hospital, estava a da Antonella Brandolt Severo, de três anos que também tem leucemia, e que no início do ano teve seu medicamento, Erwinase, aprovado pela Justiça, porém, barrado no aeroporto, pois não tinha liberação da Anvisa, já que o remédio é importado. “A gente sabe que se não tem o medicamento que o filho precisa a gente acha outro, faz campanha, mas tem pai que nem sabe. Quantas crianças morreram pois não conseguiram o remédio a tempo ou porque não tomaram o correto? É caso de vida ou morte, não dá pra esperar”, argumenta Rodolfo. O medicamento de Roger foi recebido pelo Hospital Infantil e introduzido no tratamento, somente em agosto deste ano. **Z**

**Tratamento:** No último dia 21 de setembro, Roger terminou a primeira parte das quimioterapias. Animado e com um sorriso no rosto, o pequeno se prepara para a segunda parte do tratamento que durará dois anos.

**“Saúde  
é um direito  
fundamental  
do ser humano,  
devendo o Estado  
prover condições  
ao seu pleno  
exercício”**

# Jornada de Dirlei Thiel para a universidade

A história da mulher que, nos anos 90, saiu da zona rural, para ser a primeira da família a ter diploma de ensino superior

**A** rodoviária Rita Maria é uma das mais visíveis heranças da ditadura militar em Florianópolis. Construída em estilo brutalista, escola arquitetônica que dominou as obras megalomaniacas dos generais, o terminal é um bloco de cinza em meio às cores do centro da capital, com dezenas de pilares de concreto suportando o teto alto de aço em ângulos retos idênticos, como se o edifício todo batesse continência. As plataformas onde os ônibus chegam são cobertas em parte por esses pilares de aparência hostil, que, produzindo sensações próprias do regime que as implantaram, fazem com que qualquer um que olhe para cima ao chegar se sinta pequeno e impotente.

Dirlei Inês Thiel desceu do ônibus que vinha de Lages, na região Serrana de Santa Catarina, debaixo desse céu de concreto em maio de 1995, carregando três coisas consigo. Duas eram todas as posses que tinha na vida: uma mochila velha com roupas e uma sacola amarela com um cobertor. A terceira era mais imaterial: a determinação que a levou de uma infância na zona rural de Itapiranga, no extremo oeste do estado, até a formação como professora de alemão pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Dirlei nasceu em 26 de abril de 1975, filha mais velha de Zeno e Eli Thiel. Sexta geração de imigrantes alemães, Dirlei, assim como a grande maioria da comunidade ao redor, só aprendeu português quando entrou na escola, aos 7 anos de idade. Sua língua materna é o Hunsrück, dialeto originário da região de Renânia-Palatinado, na Alemanha, mas que hoje adotou muitas palavras do português. Anos mais tarde, quando Dirlei viajou para a terra dos seus antepassados, seu dialeto confundia os mais novos e fascinava os mais velhos com expressões que eram ditas séculos antes. Um senhor, ao ouvi-la, disse: “você fala como a minha avó falava!”

Seus pais eram agricultores que arrendavam a terra e nunca ficavam por muito tempo no mesmo lugar, mudando-se para várias localidades diferentes dentro da região de Itapiranga. Apesar disso, as casas eram sempre iguais: construções pequenas de madeira com alguns poucos móveis e menos eletrodomésticos, um chiqueiro e uma horta. A rotina da família girava em torno do trabalho na roça, dividido por gênero: os homens ficavam encarregados de arar a terra e conduzir o trator, e as mulheres cumpriam tarefas como carregar feno para os animais, cuidar da casa, preparar a comida e tomar conta das crianças.

Tudo isso Dirlei fazia aos 7 anos, quando nasceu seu irmão Leandro e ela já tinha idade para cuidar do bebê. Suas duas outras irmãs, Sirnei e Marlei, também iam para a roça, mas nenhuma das quatro mulheres da casa podia fazer trabalhos de homem, o que Zeno cumpria sozinho até que Leandro pudesse ajudá-lo. Não que eles fossem mais pesados: às vezes era necessário fazer duas ou três viagens para carregar todo o feno, e todas ajudavam, a mãe e a irmã mais velha carregando feixes pesados nas costas e as irmãs menores segurando alguns na mão.

Dirlei se lembra de coordenar as tarefas dos irmãos ao mesmo tempo que cuidava deles, o que acontecia logo depois que nasciam. “Duas semanas depois do parto do meu irmão, minha mãe já estava na roça de novo. Essa era a licença maternidade dela!”, diz a professora de 43 anos, entre xícaras de café, que ela prepara entre as aulas que dá em sua própria escola, a Alemão Plus. A sala pequena e clara é equipada com computador e televisão, e tem as paredes brancas cobertas de mapas da Alemanha e fotos de um evento de caridade organizado por ela. O espaço, que também tem outra sala menor e um banheiro, fica em um edifício empresarial no bairro Trindade, perto da UFSC, e é onde Dirlei dá aulas particulares, principalmente para estudantes da universidade, mas também para pessoas interessadas na língua.

## Trabalho

Os pais de Dirlei passaram a vida trabalhando na terra. Zeno Thiel é um homem de estatura média, magro, cabelo loiro e olhos verdes, com mãos e pés calejados e pele ressecada por décadas de trabalho na terra e sob o sol. Introspectivo, raramente conseguia expressar sentimentos, mas se permitia chorar em certas ocasiões, característica que contrastava com a figura rígida que transmitia para as filhas e o filho. Eli Thiel é uma mulher baixa, com cabelo curto e preto, com mãos igualmente calejadas e que administrava a casa e a educação dos filhos com a mesma rigidez introspectiva de Zeno. Coube a ela acompanhar Dirlei quando ela foi procurar emprego em outra região de Itapiranga, aos 15 anos, para que pudesse cursar o ensino médio.

**“Duas semanas depois do parto do meu irmão, minha mãe já estava na roça de novo. Essa era a licença maternidade dela!”**



O casal de agricultores só tem escolaridade até a 5ª série do ensino fundamental, mas sempre acreditaram firmemente no ensino como forma de mudar de vida, apesar das poucas oportunidades da região. Esse era um discurso recorrente na casa: quando, nos invernos rigorosos do oeste catarinense, a família não tinha como se aquecer e as crianças não tinham calçados fechados para usar, eram acolhidos pela promessa dos pais de que fariam de tudo para que elas pudessem estudar.

Outras características da comunidade tornavam a difícil vida do campo mais tolerável. “Na roça, uma boa relação com o seu vizinho é uma questão de sobrevivência”, conta Dirlei. “Sempre que acontecia alguma coisa, era o vizinho que vinha ajudar. Quando alguém da família morria, os vizinhos se ocupavam das tarefas da casa e do campo para que a família pudesse viver esse luto.”

O ensino na região era precário. Por conta da falta de professores, turmas diferentes tinham aula na mesma sala. “A lousa era dividida em dois, e sentava a 2ª série pra um lado da sala e a 3ª série pro outro.” Mas o principal problema era o fato de que a escola rural só oferecia ensino fundamental até a 5ª série. Quando Dirlei completou essa etapa, Zeno e Eli tiveram uma conversa com sua filha para fazer uma pergunta simples: se ela queria continuar estudando. Então com 11 anos, e já sabendo que queria se tornar professora, Dirlei respondeu que sim. Para cursar o ensino fundamental até a 8ª série, ela morou na casa da avó, que ficava mais próxima da nova escola: 6 quilômetros, que a estudante percorria a pé.

**Tarefa:** Dirlei tinha sete anos de idade quando começou a cuidar dos irmãos para que a mãe pudesse trabalhar no campo.

**“Mas**  
*o que uma pessoa  
como você quer  
fazer em uma  
universidade? Você é  
filha de colono, não  
tem nada pra você  
na cidade grande”*

Quando concluiu o ensino fundamental, a pergunta de Eli e Zeno se repetiu, assim como a resposta. Mas já não haviam parentes que morassem próximos à escola onde Dirlei poderia cursar o ensino médio. Assim, ela deixou o trabalho da roça e de cuidar dos irmãos na própria casa pelo trabalho de empregada doméstica e cuidar de crianças em outras casas, para que pudesse ter onde morar e o que comer enquanto estudava. Acompanhada da mãe, bateu de porta em porta no bairro Santo Antônio, onde ficava a única escola da região que oferecia ensino médio que Dirlei cursaria no período noturno. Eli era quem fazia as apresentações. “Essa é a minha filha, e ela quer estudar. Ela sabe fazer tudo. Lava, passa, cozinha, cuida de criança. Ela só precisa de lugar pra ficar pra poder ir pra aula.”

A casa que encontrou pertencia à família da Dona Ester. A professora e mãe de três filhos contratou Dirlei imediatamente, e lá ela moraria até completar o ensino médio, aos 17 anos. Durante esse tempo, sua rotina começava às seis da manhã, quando limpava a calçada em frente à casa de madeira de cinco quartos. As sete, o café da manhã tinha que estar na enorme mesa de jantar, onde se sentavam os outros membros da família. Seu João, um homem alto de meia idade, era vereador e comerciante, e sempre passava o dia fora de casa. Dona Ester era uma mulher elegante, com braços sempre adornados com braceletes e outras joias.

## Lages

Dirlei faz parte de uma geração que saiu em massa de Itapiranga. Da turma que se formou no ensino médio com ela, apenas três pessoas ficaram. Muitos, como ela, se tornaram a primeira pessoa da família a cursar uma universidade. Mas o caminho não foi direto. “Eu sabia que precisava de um cursinho para passar em qualquer universidade, então fui para Lages fazer um, onde também havia um curso de Letras.” Em Lages, como antes, Dirlei encontrou uma casa onde pudesse trabalhar como empregada doméstica e babá enquanto estudava de noite.

Quando conheceu Ereni e Afonso Müller, um casal que morava em um casarão de três andares com seus três filhos, Dirlei explicou que seu foco principal seria estudar, e os patrões concordaram. Suas funções seriam cuidar da casa, preparar as refeições e tomar conta das crianças, com as noites livres para as aulas. Ela foi dada um quarto no térreo, um pequeno retângulo com espaço para uma cama de

solteiro e uma estante, que ficava do lado da adega bem estocada da família.

Nos dois andares superiores da casa havia cinco quartos e vários banheiros, nenhum dos quais Dirlei tinha permissão de usar: somente o do térreo, do lado da garagem. A casa era clara, com janelas amplas com vista para rua, e extremamente silenciosa: Ereni não permitia música ou qualquer tipo de barulho na casa. No segundo andar, as crianças tinham uma sala de brinquedos, o único lugar onde tinham permissão de serem elas mesmas. Fora dali, os largos corredores eram vazios e impecáveis, e assim deveriam se manter, dizia Ereni. Afonso era executivo em uma das maiores empreiteiras da cidade, e raramente estava em casa. Quando sim, ocupava seu tempo com discursos para as crianças a respeito da importância de um comportamento ético na vida.

Dirlei começou a ter problemas em acompanhar as aulas. Sempre havia um serviço a mais na casa que a impedia de sair, ou um imprevisto ou atraso não explicado que a forçava a cuidar das crianças a noite toda. Em um mês, ela conseguiu ir em quatro aulas. No início, a atitude dos patrões era apologética, às vezes até envergonhada: “Me desculpe, me desculpe”, dizia Ereni. “Nós sabemos que você precisa ir à aula. Isso não vai se repetir”, prometia.

Com o tempo, essa postura se evaporou, e foi substituída por uma posição diferente: desprezo. Ereni perguntava: “mas o que uma pessoa como você quer fazer em uma universidade?” e “você é filha de colono, não tem nada pra você na cidade grande”. As humilhações passaram a acontecer a todo o momento, principalmente na mesa de jantar, com

**“Meus**  
*pais diziam:  
‘se o patrão diz  
algo, você tem  
que obedecer’ e  
eu obedecia. Mas  
não estudar me  
deixava doente”*

toda a família reunida. “Eu fui educada com uma mentalidade muito clara em relação aos patrões”, conta Dirlei ao relembrar os dois anos em que sofreu humilhações constantes. “Meus pais diziam: ‘se o patrão diz algo, você tem que obedecer’. E eu obedecia. Mas não estudar me deixava doente.”

Depois de prestar vestibular em Lages e não passar, o desânimo e o abuso se traduziram em uma doença física, que a forçou a voltar para a casa dos pais, em Itapiranga. Eli, ao ver o estado em que a filha se encontrava, ficou em choque. “O que eles estão fazendo com você?” foi a primeira coisa que disse ao ver Dirlei, que tinha contraído uma infecção nas articulações. Os dois agricultores tiveram uma conversa dura com a filha. “Você tá passando por uma escravidão e precisa sair”, disseram. Foi só ali, longe do ambiente de constante agressão da casa dos Müller, que Dirlei percebeu o quanto aquilo a tinha afetado. “Eu estava desistindo de tudo”, explica.

Dirlei voltou para Lages decidida a pedir demissão e ir para Florianópolis, onde conhecia uma amiga que poderia ajudá-la. Ereni não aceitou a notícia de bom grado, e repetiu as humilhações costumeiras. “Eu sei que daqui a 15 dias você volta. O que alguém como você vai fazer em uma cidade como Florianópolis?”

“Fui muito humilhada ali. Muito humilhada”, reforça. Ela voltaria à casa da família Müller, não dali a 15 dias mas sim dali a 5 anos, com um convite de formatura do curso de Letras Alemão da UFSC nas mãos. Dirlei fez questão de entregá-lo pessoalmente à Ereni, que chorou muito, se ajoelhou e pediu perdão. Afonso se reservou a emitir congratulações frias. Dirlei nunca mais os viu.

Hoje, sentada na mesa da sua própria escola de alemão, Dirlei suspira ao se lembrar da sua trajetória, como se, ao final das três horas de entrevista, tivesse completado uma longa viagem. Então, se lembra de mais uma história: Recentemente, o dono de uma escola de idiomas na qual Dirlei foi secretária, no primeiro ano da graduação, a visitou. “Ele disse: ‘vim aqui por dois motivos. Primeiro, queria ver como você estava, ver a sua escola. Segundo, quero ser seu aluno de alemão’”. Dirlei se emocionou. Como se invocando a introspecção de Eli e Zeno, ela diz: “Não sei explicar a felicidade que senti. Ver uma semente que foi plantada 20 anos atrás voltar agora...”

Pausa.

“Não tem preço”

Conclui com um sorriso. **Z**



**Sapatos:** Por grande parte da infância, calçados fechados eram um luxo ao qual Dirlei e seus irmãos não tinham acesso

# Uma marina no meio do caminho

Impasse entre pescadores e a Prefeitura de Florianópolis ronda a maior obra turística prevista para os próximos anos



**A** vida começa cedinho. Dependendo da lua e das condições do tempo, a hora varia. Na terça-feira, dia 23 de outubro, em que o **Zero** acompanhou os pescadores, foi às oito da manhã. “Amanhã, tem que cair da cama às 4h, porque vai mudar o vento pra sul, e a maré assim sobe”, alertou Rogério Pierre, 42, pescador da Baía Norte, em Florianópolis, desde a infância, quando seu barco estava a aproximadamente 300 metros em frente à Av. Beira-Mar Norte. Ele é um dos representantes da centena de famílias que sobrevivem da atividade pesqueira no bairro de João Paulo, no caminho para o Norte da Ilha - uma atividade de décadas, tradicional entre os antepassados desses mesmos pescadores, mas que, segundo eles, pode agora estar ameaçada pela lei 10.437/2018.

Aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pela Prefeitura em setembro, a lei garante a possibilidade de concessão de um espaço para a construção de uma marina na Beira-Mar Norte. Segundo a seção de principais características do projeto, o empreendimento terá uma área de 359.883,69 metros quadrados, sendo aproximadamente 163 mil de área pública somando um parque urbano e parte da marina, e 196 mil de privada somando vagas na marina e estacionamento subterrâneo com 222 vagas. A área construída irá da região do trapiche da Beira-Mar Norte até a praça da Casan. A marina também terá duas divisões de vagas, uma pública para

60 embarcações, e outra privada, para 624. O edital de licitação está previsto para sair em dezembro, e a empresa que vencer terá a possibilidade de concessão por até 30 anos.

O principal ponto que preocupa os pescadores é o local. Isso porque a parte marítima a ser concedida para o empreendimento é comumente usada por pescadores de bairros que vão da Tapera, no Sul da Ilha, até o Sambaqui, no Norte, tanto como região de pesca quanto de criadouro - principalmente de camarão, principal produto das águas. Para a marina, o projeto de fato prevê na área do parque urbano um aterramento para a instalação de área de lazer e estacionamentos subterrâneos. Contudo, a alegação dos pescadores é quanto ao chamado “calado”, a profundidade da área que precisaria ser aumentada, modificando o solo em que se encontraria a construção.

“Quando se faz uma obra desse tamanho, além de obviamente dragarmos e excluirmos, por conta da perda de água tudo o que ocorre na região é diretamente impactado, de onde vamos tirar ou para onde vamos levar o sedimento da região é a questão”, afirma o biólogo e professor

da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Paulo Horta. Ele, contudo, afirma que não há um aspecto irreconciliável entre a obra e o trabalho dos pescadores. “Impacto sempre haverá, mas mitigações podem ser feitas, com diálogo com moradores”, conclui o professor.

No estudo prévio de impacto simplificado publicado no site da marina na prefeitura consta que haverá a “divulgação de informações à população local e aos pescadores sobre as atividades integrantes da obra” e que existe uma possibilidade de perda da atividade pesqueira, a ser resolvida com “Programa de Valorização da Cultura Local” e incentivos culturais “após a realocação de pescadores”. José Frutuoso Góes Filho, o presidente da Colônia Z11, entidade de representação dos pescadores em Florianópolis, comenta que não foi procurado, nem pela prefeitura nem pelos pescadores, a respeito das temáticas da marina. “Não é a Colônia que tem que procurar o pescador, é o contrário, para a Colônia se manifestar”, explica.

Silvani Ferreira, presidente da Associação de Pescadores Profissionais, Artesanais e Amadores da Praia do João Paulo e Saco Grande (APPAAJOP), e um dos principais líderes em conjunto com os representantes das demais comunidades, comentou que saber da aprovação do projeto foi um misto de surpresa e medo. “Em nenhum momento nenhuma colônia de pescador foi ouvida, nem pela Câmara nem pelo Prefeito”, afirma. “E eu acredito que com a construção dessa marina a nossa colônia aqui vai ser praticamente extinta”, protesta, lembrando das questões da pesca.

A justificativa para essa afirmação também passa por problemas que já acontecem de forma rotineira, com ou sem marina. “Fora a poluição [da Beira-Mar], fora o aterramento, final de semana aqui já não tem como trabalhar, porque tem muitas lanchas e elas não respeitam nosso limite de pesca, passam e rasgam a nossa rede”, afirma Silvani. Ele reuniu líderes de pescadores da Ta-

**Preocupação:** Silvani Ferreira, presidente da Associação de Pescadores no João Paulo, não é contrário a uma Marina na cidade, mas se preocupa com o local. “Ali não tem calado, vão mexer na área toda que é nosso criadouro”, afirma.

**“Nós não somos contra o direito de lazer, mas queremos nosso trabalho respeitado aqui. nosso escritório é o mar”**

## Estudo preliminar parque e marina

- 350 mil m<sup>2</sup> é a área total do Parque Urbano e Marina Beira-Mar, que equivale a 50 campos de futebol.
- 624 vagas para embarcações serão privadas com nove piers, com 179 mil m<sup>2</sup>, ou seja, 51% da área total e 89% das vagas molhadas.
- 60 vagas para barcos serão públicas em dois piers e mais 15 vagas servirão para embarque e desembarque somando 40 mil m<sup>2</sup>, representando 11% da área total e 11% das vagas molhadas.
- O parque urbano ocupará 123 mil m<sup>2</sup>, perfazendo 35% da área total.



pera, Saco dos Limões, Prainha, Cacupé, Santo Antônio de Lisboa e Sambaqui para no dia 30 de outubro participar de uma conversa com o procurador do Ministério Público Federal Eduardo Barragan, a fim de se organizarem.

Silvani explica que não é totalmente contra a possibilidade de um empreendimento do tipo na cidade, mas sugere que seja feito em lugar de maior profundidade, com outros estudos. “Por mim cada praia da cidade poderia ter um trapiche, inclusive. Nós não somos contra o direito de lazer, mas queremos nosso trabalho respeitado aqui. Eu não posso chegar no seu escritório e acabar com ele, e nosso escritório é o mar.” Góes Filho também salientou que a Colônia Z11 não tem posição firmada a respeito do empreendimento, e que precisaria esperar mais informações para avaliar se o impacto da obra atrapalharia ou não a situação dos pescadores.

### Questão de Prioridade

O Secretário de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de Florianópolis, Juliano Richter Pires, tem opiniões bem diversas das apresentadas pelas manifestações. Ele considera que o projeto de concessão teve ampla discussão, por ter tido uma Consulta Pública disponível online e pelos já citados estudos prévios de impacto. “Essa é uma demanda antiga da cidade”, ressalta Pires. “Florianópolis é uma das poucas cidades grandes de litoral que não tem uma marina decente, todas as que tem na cidade são muito pequenas ou demandam um serviço um pouco acanhado, não comporta embarcações de médio e grande porte.”

De fato, a ideia de explorar o potencial litorâneo e turístico de uma marina em Florianópolis vem de longa data. Tanto que o primeiro percalço do projeto de lei 16707/2016, vinculado à construção da marina e proposto pelo então prefeito César Souza Júnior, foi justamente ter leis dos anos 80 e 90 que já previam a construção de um complexo turístico na Baía Norte. O impasse foi resolvido com um substitutivo global e nove emendas neste ano, tramitando em diversas instâncias públicas como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Superintendência do Patrimônio da União

de Santa Catarina (SPU), a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM), a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Promoção de Igualdade Racial (COPPIR), a Comissão do Meio Ambiente da Câmara e a Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo. Para o projeto arquitetônico base, a prefeitura abriu um Pedido de Manifestação de Interesse e foi escolhido um projeto do Parque da Marina feito pelo grupo de arquitetos da Ark7.

Está igualmente expresso no substitutivo global aprovado que a empresa concessionária deverá obter as licenças necessárias, o que inclui o ambiental no Instituto do Meio Ambiente estadual (IMA-SC) e uma nova análise e autorização da SPU em relação ao uso da lâmina d’água – “a área está reservada, a prefeitura não tem ainda a concessão do espaço, mas dá para fazer o edital”, comenta Pires, frisando que no processo será gasto “zero de dinheiro público do município, cem por cento de dinheiro privado. É um risco que a empresa pode correr, mas pelo fato de a região já ser conurbada, já ter sido modificada pelo homem, a tendência de não ter licenciamento é bem baixa”. O edital para a licitação está sendo traduzido, porque será aberto para empresas nacionais e internacionais concorrerem, para ser lançado no mês que vem para consulta pública. Depois de eventuais correções,

**“Ao fazer a dragagem da região, tudo é impactado. Com a obra, de onde tirar e para onde levar todo o sedimento?”**

será lançado de fato para, após 60 dias, efetivamente serem abertos os envelopes das empresas candidatas.

Em relação às preocupações dos pescadores, Pires afirma que o ponto mais crítico é haver hoje um problema de fiscalização sobre a área de pesca. “O que ocorre é que as embarcações andam por um canal, e os pescadores por lei não podem colocar redes de pesca no canal, o que invariavelmente fazem”, afirma. “É uma briga natural que já existe hoje, não é o fato de ter uma marina aqui que vai mudar esse comportamento.” A solução que o secretário propõe é a de uma regulação por parte da Capitania dos Portos como estradas no mar por boias, para deixar claro o espaço de cada embarcação.

Sobre a possibilidade de “fim da atividade pesqueira” citada pelos manifestantes e pelo relatório, Pires enfatiza sua discordância. “Botando 500 embarcações, são quatro mil empregos diretos e indiretos que vão ser gerados. Mas infelizmente tem essa turma radical na cidade”, posiciona-se o secretário. “Me mostrem números. Pode ser que tenha um dia na semana que o cara venha aqui na frente, mas não é a marina que vai fazer com que ele tenha perda de receita, a gente sabe que tem problema, faz parte.” Da mesma forma, Pires garante que o impacto ambiental ficará restrito ao interior da marina, visto que a terra retirada para o aterro não será colocada para a frente ou levada para outra parte da ilha e que em nenhum outro lugar do mundo em que empreendimentos do tipo foram instalados houve aumento de poluição.

Há, segundo ele, uma proposta de que nos períodos fora de safra, os pescadores poderão fazer traslados turísticos na região a partir das áreas públicas da marina, mediante uma regulação legal para tanto. “O que eu não posso é abrir mão de um equipamento desse para a cidade com toda a população e toda uma sinergia da cidade em troca de 20, 30 ou 100 pescadores que entendem que essa pequena área aqui vai ofender algo da pesca artesanal”, crava.

Outra crítica em relação à marina foi sobre o número de vagas de estacionamento, que, segundo a lei 482/2014 do Plano Diretor de Florianópolis, deve ser garantida como “uma vaga de carro para

**Acima:** Vista superior do projeto da marina e como ficariam divididos os espaços públicos e privados.

**À direita:** Rogério Pierre, pescador do João Paulo desde a infância, em frente ao seu espaço de trabalho na Beira-Mar Norte. Fora de safra, o produto é pouco: no dia em que Zero o acompanhou, a rede quilométrica prendeu menos de 10 camarões.



cada vaga de barco” em “estruturas de apoio a embarcações”. A respeito do tema, Pires colocou que este problema “não existe” e que as vagas de estacionamento subterrâneo foram matematicamente calculadas em relação aos 25% de espaço que serão ocupados em média, buscando favorecer não o uso de carros mas de outras modalidades. Sobre a possibilidade de transporte marítimo a partir da marina, o secretário é otimista. “Acredito que a marina vai estimular o transporte marítimo público. Porque a partir do momento que tiver este deck aqui [aponta para uma área coberta destinada ao transporte], para eu construir outro aqui no Estreito, para poder fazer a travessia, vai ser estimulado”.

Sobre questões relativas à marina e tráfego na região da Baía Norte, a Capitania dos Portos de Santa Catarina foi procurada e enviou nota afirmando que “os projetos não foram apresentados nesta Capitania, portanto, não temos subsídios para emitir qualquer informação acerca do tráfego de embarcações na Baía Norte”. Do mesmo modo, frisou que “os responsáveis deverão dar entrada na Capitania dos Portos, no setor de Obras e Multas, com os projetos e documentos conforme Normas da Autoridade Marítima - NORMAM 11”.

### Sem manifestação, reuniões

Para atrair a atenção pública para a sua causa, comunidades de pescadores marcaram uma manifestação marítima para o sábado, dia 24 de novembro, em frente à Avenida Beira-Mar Norte, com procissão de barcos. Nada feito: o dia chuvoso e com ventos fortes gerou o cancelamento da manifestação. Ao mesmo tempo, outras iniciativas foram confirmadas. No dia 27 de novembro, foi aceito o requerimento do vereador Marquito (PSOL), que solicitava uma Reunião Ampliada sobre o impacto da Marina da Beira-Mar Norte nas práticas das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha. A data da reunião ainda não está confirmada.

Na quarta feira (18), os pescadores realizaram uma audiência pública na Secretaria de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, conseguindo assim o primeiro canal de contato com a prefeitura para tratar de suas demandas. “O encaminhamento principal foi no sentido

da realização de estudos para corroborar o conhecimento tradicional dos pescadores. Eles afirmam, têm convicção, de que haverá áreas de exclusão de pesca. O Ministério Público é da opinião de que isso precisa ser devidamente documentado, para que se possa tomar decisões fundamentadas. Ainda não se iniciou a fase do licenciamento ambiental do projeto, toda essa discussão que houve aqui só pode ocorrer em bases melhores quando houver esse licenciamento”, conta Ernesto Santiago, que é advogado da APPAAJOP. Mas segundo ele, “ainda faltam duas coisas muito importantes, que é a questão ambiental e a própria viabilidade econômica do projeto, uma questão de retorno financeiro”.

“A gente já tem certeza que é totalmente inviável, a baía é muito rasa, o barulho das embarcações, o óleo que vai ser despejado. Se fizerem um estudo sério eu tenho certeza de que vai ser provado o que nós estamos falando. Para nós o ideal é que o projeto seja modificado, que ocorra em um lugar mais fundo, com mais corrente marítima, ali eles vão ter que fazer um tremenda obra, limpar tudo, tirar os corais”, afirmou o pescador Silvani, logo após sair da audiência. “Estamos dependendo desse estudo, do pessoal da universidade. Se conseguimos provar o que estamos falando, então vamos mandar a pesquisa para o Ministério Público, para que eles tomem as medidas cabíveis.” **Z**

**“Não posso abrir mão de toda uma sinergia para a cidade em troca de pescadores que veem ofensa à pesca artesanal”**

### Transporte Marítimo

O debate sobre o transporte pelas águas também é antigo em Florianópolis. Antes da inauguração da Ponte Hercílio Luz em 1926, era comum que as travessias Ilha-Continente fossem feitas em lanchas de passagem entre a região central e o Estreito. Mas segundo a tese de Rodrigo Giraldo Cocco, apresentada em 2016 na Pós-Graduação de Geografia da UFSC, esse transporte era considerado precário já na época, pela baixa velocidade e dependência do clima, e não tinha a envergadura de um transporte marítimo para atender a cidade em crescimento.

E foi justamente o crescimento da cidade que acabou por diminuir a viabilidade desse tipo de transporte, com a forma urbana se “dando ao longo das estreitas ruas de passagem de carroças, servidões e ‘ruelas’ abertas segundo os interesses dos proprietários dos grandes sítios desmembrados”, conforme observado por Cocco, o que contrasta com o cenário ideal para um transporte marítimo. Com a urbanização na segunda metade do século passado e o fechamento do Porto de Florianópolis, a modalidade terrestre se tornou hegemônica na capital. Para a tese de Cocco, há aqui um choque de interesses entre os que exploram os sistemas de transporte público atuais (ônibus) e outros tipos de modalidade que pudessem fazer o mesmo trajeto, por trilhos e, claro, o marítimo.

Um relatório de 1999 do BNDES, nomeado Transporte Hidroviário Urbano de Passageiros, traz um panorama geral dos empreendimentos deste âmbito no Brasil. Algum dos casos analisados são os sistemas do Rio de Janeiro, Santos, Salvador, Aracaju e Vitória. Para a estatal, já há 20 anos o “Brasil segue a tendência mundial e, em ritmo mais lento, busca recuperar o importante papel do transporte hidroviário de passageiros em cidades que dispuseram ou dispõem - ainda que em menor escala - deste modo de transporte” - e Florianópolis, sendo uma ilha, foi naquele momento recomendada como cidade adequada para a instalação desta modalidade de transporte coletivo.

Uma questão enfatizada pelo BNDES, no entanto, é a necessidade de integração entre o sistema viário na terra e na água, para isso a capital catarinense teria que investir em obras de conexão para complementar as rotas marítimas. Para o relatório, “a ideia de linhas rodoviárias submetidas às condições de operação dos sistemas hidroviários (horários, tarifas, locais de transbordo, etc.) parece promissora. Deveria ser examinada a possibilidade de licenciar operadores hidroviários para a exploração, diretamente ou através de terceiros, de linhas hidroviárias, desde que fossem alimentadoras, objetivando, portanto, ligar os terminais hidroviários aos corredores circunvizinhos da rede de transporte coletivo da cidade”.

Mais recentemente, o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis, estruturado pelo governo do estado e publicado em 2014, também dispõe de diretrizes para a aplicação, institucionalização e regularização de Transporte Aquaviário, indicando a forma das concessões a serem realizadas, direitos e deveres do transportador e usuário e recomendando a formulação de um Plano Diretor Aquaviário. Em março deste ano, um projeto pioneiro, com viagem experimental, foi anunciado pelo governo estadual, para começar as atividades no segundo semestre deste ano, com o primeiro trajeto ligado o Centro Histórico de São José ao Centro Sul em Florianópolis. Conforme reportagem do jornal *Hora de Santa Catarina*, em seis meses o projeto não avançou, por problemas no licenciamento com a SPU, o IMA e a Capitania dos Portos.

# Em Florianópolis, tainha não é só peixe

TEXTO POR CAROLINA MAINGUÉ  
 carolinamainguepires@gmail.com  
 COEDIÇÃO POR MAURO CÉSAR SILVEIRA  
 maurocesarsilveira@gmail.com  
 FOTOS POR PEDRO AGUIAR STRAPASOLAS/MARUIM  
 pedrostrapasolas@gmail.com

**N**o domingo de dia das mães, 13 de maio, fui até o lado de fora de minha casa conferir se as aroeiras estavam em flor. Era uma noite de céu alto, daqueles cujas estrelas, miúdas, parecem ter sido trazidas pelas primeiras rajadas de vento do inverno. As aroeiras tinham começado a florescer, o que no conhecimento popular florianopolitano é sinal de boa pescaria. Isso porque as pimentas só despontam quando o frio está para chegar, e com ele as correntes marítimas, cheias de cardumes, que vêm do sul do país.

No dia 15 daquele mês, ocorreria a liberação para a pesca de tainhas com rede de emalhe anilhado. Já a temporada da pesca artesanal havia sido inaugurada antes, em 1º de maio, no intuito de conferir vantagem aos pescadores que utilizam rede simples e canoa a remo. Mas neste ano, o ar gelado demorou para tomar conta do inverno e quase não apareceu nas duas semanas que os pescadores artesanais tiveram para pescar com exclusividade. O resultado foi uma safra não muito produtiva para a pesca de canoa, que segundo Carlos Altino da Rosa, da comunidade pesqueira de São José, piorou quando as embarcações industriais puderam entrar em cena, a partir de 1º de junho.

Pela primeira vez, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) instauraram um limite de pescado para as modalidades industrial e de emalhe anilhado. Juntas, elas poderiam apreender 3.417 toneladas (t), porém esse teto foi extrapolado em mais de 110%. No total, foram pescados 7.245,133 t da espécie. Para a modalidade industrial, o limite era de 2.221 t e foram apreendidas 5.634,01 t. Já a anilhada capturou 1.611,11 t e o estipulado era 1.196 t.

Para Sérgio Winckler da Costa, gerente da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, o limite deveria ter sido calculado por embarcação, e não pelo montante em toneladas. Isto facilitaria a contagem e a fiscalização dos barcos, o que poderia evitar a predação e o prejuízo à biodiversidade. “Foi uma experiência, tem que aprimorar”, defende. O excedente pescado pelos barcos deverá ser abatido da quantidade determinada para o ano que vem, segundo indica a portaria interministerial nº 24 de 15 de maio de 2018.

“Senhor, manda as tainhas pra cá”

Mais que um símbolo tradicional da cultura florianopolitana, a pesca mobiliza autoridades públicas e consiste na principal forma de sustento para muitas famílias. E, durante o outono e o inverno, a tainha é a espécie que predomina nas águas resfriadas pelas correntes sulinas. Sua importância para a geração de renda é tanta que, há 13 anos, a abertura da



saфра vem acompanhada de uma missa realizada na praia do Campeche, onde existe uma das comunidades pesqueiras mais antigas da ilha.

A cerimônia deste ano ocorreu no dia 1º de maio, quando se iniciaram as licenças para a pesca artesanal. O evento foi realizado numa terça-feira, no feriado do Dia Internacional do Trabalhador. Pelo menos 350 pessoas aproveitaram a folga para assistir a uma missa que me fez pensar que o mar, o trabalho e os santos parecem ter algo em comum. Perto deles, é como se toda a gente, em caminhada dispersa, fosse se afunilando. Atenções são atraídas, quase sugadas, pela rebentação de suas promessas.

A primeira edição da tradicional cerimônia surgiu por iniciativa de Getúlio Manoel Inácio, líder comunitário do Sul da Ilha que faleceu, em janeiro de 2018, devido a um câncer. Seu rancho, na frente de onde a inauguração da temporada de pesca é celebrada, agora é administrado pelo genro Ivanir Aroldo Faustino. Segundo Faustino, a tradição começou bem tímida, com uma mesinha no canto do barracão, e só quem frequentava era a comunidade de lá. Hoje, a missa mais parece um festejo. Há apoio da prefeitura, patrocínio dos empresários locais, estrutura de lona e cadeiras de plástico para recepcionar a plateia.

O evento ganhou proporções comerciais e inclusive políticas. Esperidião

Amin, por exemplo, que em maio deste ano estava no cargo de deputado federal pelo Partido Progressista (PP), havia recém lançado sua pré-candidatura ao governo do estado e esteve presente na festividade. Passadas as eleições de outubro, Esperidião foi eleito senador por Santa Catarina com o maior número de votos, seguido por Jorginho Mello (PR). Apesar de ter se tornado uma cerimônia com grande visibilidade, a missa possui forte apelo para os pescadores locais e suas famílias. De acordo com Faustino, o rito faz diferença porque une a comunidade, e não só a do Campeche. “Vem o pessoal do Pântano do Sul, da Armação, pessoal de Bombinhas, pessoal das outras praias, de lá do Santinho, de Canasvieiras, então o pessoal vem tudo pra abertura da pesca”, conta.

Ao som do compositor de surf music Armandinho, a alguns metros de uma jovem que estrategicamente ajeitava uma flor no cabelo para tirar uma selfie, sotaques ilhéus perguntavam: “Quéix café, vó?”, dirigindo-se à mesa que amanheceu com pães, cucas, queijo e mortadelas, tudo de graça para os presentes. Durante a missa, um pipoqueiro respondia aos “Améns” do padre enquanto repunha o óleo na panela e fazia subir um cheiro irresistível pela praia. Já o clérigo, além de pedir a benção da safra com frases como “Senhor, manda as tainhas pra cá”, proferiu um discurso centrado na importância do trabalho e da qualidade de vida dos trabalhadores.

**Símbolo:** Há 13 anos, uma missa marca a abertura da safra na praia do Campeche, onde existe uma das comunidades pesqueiras mais antigas da ilha. Na edição deste ano, políticos e manifestações populares marcaram presença na cerimônia, que ganhou muita visibilidade.

**“A gente bota a rede e a tainha sai pulando. Então todo mundo gosta”**

Luta, substantivo feminino

Durante a missa, o padre se dirigiu à plateia para indagar quem dos presentes se considerava trabalhador. O clérigo manifestou que ficava triste quando “uma mãe de família não levantava a mão” para responder à pergunta, ainda que cuidasse dos filhos, preparasse comida e limpasse a casa, mesmo sem remuneração. Além do trabalho gratuito com dedi-

## De atividade econômica a cenário para manifestações políticas, a pesca carrega traços de tradições e disputas características à vida na cidade

cação exclusiva ao lar, a jornada dupla é outra situação presente na vida de muitas mulheres. Em 2011, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) emitiu um relatório sobre as Desigualdades de Gênero e Raça expondo que, somando as atividades dentro e fora de casa, as mulheres trabalham 55,3 horas semanais, enquanto os homens trabalham 47,7 horas. Também foram as mulheres que compuseram majoritariamente o grupo de pelo menos 20 manifestantes que apareceram na praia, ao longo da cerimônia, para pedir a revogação do projeto de lei 17.484/18, intitulado “Creche e Saúde Já”. O projeto foi aprovado no mês anterior após tramitar em regime de urgência na Câmara de Vereadores de Florianópolis. O PL instituiu a possibilidade dos serviços públicos municipais da saúde e educação serem geridos por Organizações Sociais (OSS).

À época, o prefeito alegou que a porcentagem definida pela Lei de Responsabilidade Fiscal para a contratação de pessoal pelo município já havia sido atingida, de modo que as OSS seriam uma forma de aumentar o número de funcionários em creches e Centros de Saúde. O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (Sintrasm), por sua vez, alertou que as Organizações seriam uma espécie de acordo para a precarização das relações de trabalho. Colocado em prática o novo regime administrativo, os empregados não seriam mais contratados pelo poder público e sim por empresas privadas, que costumam garantir menos benefícios trabalhistas.

Dispersas entre a multidão, ao menos 19 pessoas, das 20 que certamente puderam ser identificadas como manifestantes, eram mulheres. Professoras, assistentes sociais e outras funcionárias de entidades municipais do Sul da Ilha marcharam, algumas de mãos dadas com seus filhos e filhas, ao lado da procissão que anunciou o início da missa com batuques de bateria e sopros de flauta, clarinete e trompete. As trabalhadoras municipais distribuíram panfletos com os argumentos defendidos pelo sindicato, atentando também para o fato de que o projeto previa a transferência de recursos orçamentários da prefeitura para as empresas que passariam a administrar os serviços.

“Seu Getúlio era professor e militante da educação. Estaria com a gente”, afirmou uma delas, referindo-se ao pescador e músico aposentado da base aérea, que fundou um projeto social na praia do Campeche. Ele costumava dar aulas gratuitas de música e disponibilizava instrumentos, para jovens aprenderem a tocar, no rancho que há 13 anos abriga o festejo e que antigamente pertencera ao seu pai.

### Expediente, cardo e salário

A exemplo de Seu Getúlio, que em vida exercia diversas atividades, o aposentado Wolney Heerd defende que, hoje em dia, é difícil a pesca ser fonte única de renda. Os 68 anos dele, que aprendeu a atividade por volta dos seis, já não permitem que embarque nas canoas para remar: seu cargo agora é de rancheiro. O aposentado pela construção civil prepara o caldo de peixe para saciar os ho-



mens famintos na volta da pescaria, e o faz mais por diversão do que por necessidade.

O salário, para a maioria desses homens, é em pescado. “Sempre em pescado. É uma tradição, né”, afirma Ivanir Faustino, atual proprietário do rancho de Seu Getúlio. Ele recorda que a maioria do pessoal procura tirar férias em maio ou junho para poder trabalhar integralmente na pesca da tainha durante o outono ou o inverno. “De segunda à sexta, é um pessoal que está todo dia aqui. E no final de semana o pessoal que trabalha durante a semana vem pra ajudar. Dá em torno de 60, 80 pessoas. E no final de semana chega a 120”.

No vocábulo dos pescadores, quem ajuda a puxar a rede de volta para a praia é “camarada”. Há ainda o vigia ou olheiro, que identifica os cardumes no oceano; os remeiros, que conduzem a canoa; o patrão, que organiza e gerencia a pescaria; além dos responsáveis por cercar os peixes. De acordo com Ivanir Faustino, se forem capturadas mil tainhas em um laço, 500 serão divididas entre ele, que é o proprietário, e o patrão. A outra metade será distribuída entre toda a comunidade que participou da pesca.

O pescador Gentil Manoel Cabral, da praia dos Ingleses, no Norte da Ilha, divide a produção de maneira parecida. O manezinho é responsável por dois botes, cada um com seis tripulantes, que realizam a pesca da tainha pela modalidade de emalhe anilhado. Segundo Cabral, se um barco apreende 12 mil kg de pescado,

6 mil são partilhados entre os seis tripulantes, e a outra metade é, a princípio, direito dele. Mas uma parcela do total que lhe caberia é destinada ao comandante, que integra a tripulação, e que ao final da divisão fica com dois mil quilos de peixe.

Diferente dos pescadores do Campeche, o proprietário observa que tanto ele como sua tripulação trabalham exclusivamente com a pesca. Depois da captura, a produção é vendida a atravessadores, que redistribuem para empresas exportadoras, peixarias e para o Mercado Público Municipal. Quando acaba o inverno, começa na ilha a temporada da Anchova, e cada espécie demanda uma modalidade de pesca diferente.

Cabral, como tantos outros nativos de Florianópolis, aprendeu a pesca como herança de família. Quando perguntei se a presença de um comandante nas embarcações era para que ele não precisasse acompanhar as saídas, o senhor me censurou. Ele vai junto porque gosta. “Porque pesco desde pequeno. É cansativo, mas é legal. A gente bota a rede e a tainha sai pulando. Então todo mundo gosta”, ri, divertindo-se.

Uma das atividades econômicas dos colonizadores açorianos no sul do país era a pesca, defende Darcy Ribeiro em seu livro *O povo brasileiro*. Segundo ele, muitos desses imigrantes ajustaram-se a “um modo de vida mais indígena do que açoriano”, e há quem diga que a pesca da tainha é uma tradição que nasceu com os povos originários da região. Mas a prática arraigou-se à cultura da ilha e de outros municípios catarinenses de forma que, nesses lugares, ela mobiliza paixões. Estar perto da praia é também uma maneira de se manter perto das lembranças da infância, do passado individual e coletivo dos catarinenses do litoral. Se quando morrermos, como escreveu Vinicius de Moraes, voltaremos para buscar os instantes não vividos perto do mar, os pescadores já se adiantaram. Ainda em vida, eles escolheram começar a pagar a dívida. **Z**

**Cultura:** A pesca era praticada pelos colonizadores açorianos no sul do país. Tradicionalmente, ela ocorre com fins de comércio e de subsistência, mas há também lazer envolvido. Muitos afirmam que as técnicas para a pescaria da Tainha foram aprendidas com os indígenas que habitavam a região.

**Salário**  
para a maioria  
dos trabalhadores  
é em pescado, é  
uma tradição

# Rendeiras: o bilro como trabalho, terapia e cultura

**Q**uem passa por Florianópolis pode notar, seja no popular Mercado Público, em lojas de artesanato ou mesmo nas feirinhas de rua, a presença de uma arte delicada e tradicional: a renda de bilro. Ela, que aparece nos mais diversos produtos - desde trilhos e caminhos de mesa até requintados vestidos de noiva - é resultado do trabalho de mãos habilidosas, quase sempre de mulheres, que compartilham histórias de vida semelhantes.

Na década de 90, as rendeiras da Ilha se reuniam no Centro de Florianópolis e espalhavam suas rendas pelas calçadas, principalmente na Rua Conselheiro Mafra. Naquela época, era a forma que elas tinham de vender os seus produtos. Hoje, isso acontece em espaços próprios - tradicionais casarões espalhados por bairros típicos da cidade, como Centro, Sambaqui e Pântano do Sul -, onde as rendeiras se reúnem para conversar e manter a tradição. “Nós viramos uma família rendeira”, ressalta dona Glorinha, rendeira de 68 anos que faz parte do grupo do Sambaqui. **Z**



**Acima:** a renda é um tecido de malha aberta, elaborado sem o uso de tecido como base. Os desenhos são formados pelo cruzamento de fios de linho, algodão ou seda. No caso da renda de bilro, o detalhe está no manuseio desses fios, que é feito pelos bilros, peças de madeira trabalhadas em pares. Existem diversos tipos de rendas de bilro, como a maria morena, a tradicional e a tramoia - típica de Santa Catarina

**Ao lado:** No Brasil, essa renda chegou com os imigrantes açorianos, que se instalaram na Vila Nossa Senhora do Desterro, atual Ilha de Santa Catarina, durante o processo de colonização. No contexto social da época, os homens passavam a maior parte do tempo pescando, enquanto as mulheres realizavam trabalhos domésticos e faziam renda. Foi aí que surgiu o ditado popular: onde há rede, há renda.

Em fotografias analógicas,  
a beleza e a tradição dos  
delicados fios que fazem  
parte da arte catarinense



**Ao lado:** Hoje, de acordo com a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC), a cidade tem de 700 a 800 rendeiras em atividade. A maioria delas, com idades entre 60 e 80 anos, aprenderam a fazer renda na infância, com as mães ou as avós. A prática era um passatempo, mas muitas vezes já auxiliava no pagamento das despesas da casa.

**Abaixo:** Muitas rendeiras pararam de fazer o artesanato para trabalhar fora após o casamento. Nos últimos anos, no entanto, elas se aposentaram e voltaram a praticar a renda como forma de complemento econômico. Mas, mais do que isso, essa geração voltou para seus bilros e almofadas porque querem manter a tradição, que, para elas, representa terapia, cultura e amor.





**Ao lado:** as rendeiras contam que um dos fatores que pode dificultar o futuro da renda de bilro é a falta de interesse das jovens de hoje. Suas filhas e netas aprenderam a arte, mas não têm vontade de continuar profissionalmente. “Hoje, tem o emprego, os estudos, e elas vão fazer [a renda] pra elas, mas fazer igual a gente, que faz várias peças, rapidinho, e já entrega, acho difícil”, lamenta dona Glorinha.

**Ao lado:** Para manter a prática, a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes tem investido em oficinas e trabalhado em conjunto com cursos de moda. “É uma cultura que é muito procurada pelos turistas e o nosso interesse é que essa tradição se perpetue, e para que dê essa continuidade a gente precisa fomentar”, explica Roseli Maria da Silva Pereira, superintendente da Fundação.



## Registros em fotografia analógica

As fotografias desta galeria foram realizadas utilizando uma câmera analógica. Nesse tipo de foto, quem recebe a luz não é um sensor, mas sim um filme fotográfico, que é sensibilizado para capturar e armazenar a imagem.

Diferentemente da fotografia digital, que pode ser vista logo após o disparo da câmera, a fotografia em filme só aparece bem depois, com a revelação. É preciso usar todo o filme, tirá-lo da câmera e então realizar o processo, que envolve os químicos de revelação e de fixação. Tudo isso no escuro, para que o filme não queime. Depois de revelado, é possível ver as fotografias em negativo - ou seja, com as cores invertidas.

Para que a fotografia fique pronta em um papel, o filme ainda precisa passar pelo processo de ampliação, que requer um aparelho chamado de ampliador fotográfico. Ele ilumina o negativo com uma luz concentrada, que é dirigida para um papel fotossensível - por isso, o processo também precisa ser realizado no escuro. Depois que o papel é sensibilizado, ele também precisa passar pelo revelador e pelo fixador antes que se acenda a luz.

Então é só esperar o papel secar e a fotografia estará, enfim, pronta.

# Notas de afeto

## Liniker, Caramelows e a música que adoçou Florianópolis em show envolvente

“**M**inhas músicas falam de amor romântico, de afeto, de troca, de carinho. Acho que é por isso que as pessoas se sentem parte do som e da banda”, conta Liniker, cantora de 23 anos e vocalista da banda Liniker e os Caramelows. Em novembro, o grupo lotou o Teatro Ademar Rosa, no Centro Integrado de Cultura (CIC), cujo público geralmente é discreto, mas que dessa vez ocupou o lugar com energia intensa. O show contou com a abertura da cantora Dandara Manoela, voz potente que vem conquistando espaço em Santa Catarina. Mas houve quem não gostasse de tanta gente pulando junto. “Isso aqui é um teatro, não uma casa de shows, vamos respeitar quem quer ficar sentado e sair da frente”, reclamou um dos presentes. Todo mundo ficou se olhando, a banda, o público, tentando entender o porquê do balde de água fria. Mas Liniker, de um jeito bem sereno, disse que a noite era para se permitir, aproveitar e se divertir da melhor maneira, sem freio, e com afeto. E assim foi a noite, doce, até a última hora. As poucas horas de música serviram como um respiro na rotina que nos últimos meses foi atravessada por demonstrações de intolerância.

Liniker e os Caramelows surgiram em Araraquara (SP), resultado do encontro de amigos que tinham um histórico de envolvimento com música. Em 2015, meses após formarem a banda, foi lançado o disco intitulado Cru, que buscava inspirações na black music, no soul e trazia composições autorais. Era o fruto do acervo de cartas antigas da vocalista unidas à musicalidade dos integrantes. O sucesso foi imediato e os vídeos atingiram mais de 5 milhões de visualizações em uma semana. Desde então, o grupo vem se consolidando no cenário musical, de forma independente, atraindo o público no Brasil e no exterior.

O segundo disco, Remonta, foi lançado em 2016 e trouxe a proposta de reconstruir e ressignificar sentimentos de dor e amor. As músicas do EP Cru aparecem com uma nova sonoridade, além de outras inéditas e com participações especiais de Tássia Reis, As Bahias e a Cozinha Mineira, Aeromoças e Tenistas Russas, Marcelo Jeneci e Tulipa Ruiz. A apresentação em Florianópolis reuniu canções dos dois discos e, antes de subir ao palco, Liniker conversou conosco sobre ativismo político, negritude e as lembranças mais marcantes de sua carreira.



**Vocês falam muito sobre afeto, e a música tem esse caráter de transcender o espaço do som e alcançar as pessoas. No início já havia a consciência dessa potência que a música tem? Como vocês lidam com ela?**

**Liniker:** Nosso caminho enquanto criadores dos sons foi sempre pensar no caminho da verdade, e que isso realmente soasse na gente e no público. Antes de as pessoas sentirem, a gente tinha que sentir também. Desde nosso primeiro encontro, quando a gente se juntou e viu que a potência era tão transcendental e que íamos para tantos outros lugares, a música foi um caminho de trilhar e costurar junto. Acho que é por isso que o povo sente o que sente com os nossos sons. Ele chega tão natural e transparente porque a gente tem uma linha tênue de afeto.

**De onde vem a musicalidade? Como ela foi se afluando em vocês?**

A gente já vinha de uma experiência muito grande, cada um na sua bolha antes de se conhecer. Cada um no seu ritmo e experimentando uma coisa, escutando uma coisa. Aí quando nos encontramos cada um foi dando um pouquinho, sabe? Eu trouxe uma referência de música preta, de black, de charme, de samba rock. Teve um povo que trouxe rock, jazz, soul. Fomos nos agrupando e esse som foi rolando. Mas nosso som já está bem diferente de quando a gente começou, acho que a troca e a experiência de estar na estrada, no palco, de viajar e conhecer várias outras bandas e outros projetos é algo que nos instiga e influencia a sonoramente. Isso vai fazendo o som mudar. Essa gama foi crescendo e a gente foi vendo que dava um rock legal, e estamos juntos até então.

**Quais foram as experiências que mais lhe marcaram na música?**

Várias coisas me inspiram. Eu moro num país que é muito rico culturalmente e infelizmente tão desvalorizado, mas que tem pérolas muito raras. A gente precisa preservar, as pessoas não fazem noção do tamanho do ouro que têm em mãos. Eu acho que todas as cantoras negras contemporâneas a mim e as que vieram antes me inspiram demais, como Elza, Geovana, Leci Brandão, Tássia Reis, Luedji Luna. A Dandara Manoela também, que tá aqui hoje e eu com o baita privilégio de ouvir essa mulher preta cantar nesse teatro pra tanta gente e com uma arte tão transcendental. E sentir que a nossa musicalidade sempre foi de resistência, para firmar um lugar, porque a gente sabe que a invisibilidade de mulheres negras no Brasil e mulheres trans ou LGBTQs é extremamente gigante. É muito importante para a gente pautar nosso lugar de fala dentro de um aspecto musical de arte. E fora Gilberto Gil, Itamar Assunção, Caetano, e tantas outras pessoas que não têm o mesmo brilho da fama, mas que de um jeito ou de outro permaneceram fazendo essa arte para poder nutrir um pouco o todo.

**Durante o período em que você esteve envolvida com a música, qual a lembrança foi mais bonita?**

Acho que foi ontem, numa conversa que eu tive com Gilberto Gil. Eu não o conhecia pessoalmente, e eram gerações muito longe uma da outra, mas lutando pelas mesmas coisas e coisas diferentes, com valor de potência de luta muito firme. Acho que o sentido para onde meu trabalho me levou e os encontros e conversas que eu tive através dele me deixam muito agradecida.

**Comunidade:** “Cantar é quando eu sou eu inteira. Quando eu tô alinhada da cabeça até o meu pé, eu tenho o controle do ar, da mão. E também me permito perder esse controle. Ela vem como uma firmeza, como uma projeção do que eu gostaria de ser cem por cento o que sou só de vez em quando”, conta Liniker, cantora de 23 anos e voz expoente do funzy. O termo foi criado pela banda e define a música preta brasileira, bem-humorada e intensa.

Flórida é conhecida como uma capital LGBTQfriendly, só que não é bem assim na prática. A gente não tem nenhuma política pública voltada para essa população e são constantes os casos de LGBTQfobia. Mesmo assim, ser uma cantora negra e LGBTQ no Brasil já é algo muito político, só de estar ali. Como a música influencia as pessoas LGBTQs e/ou negras, tanto na efetivação da identidade delas como na forma de resistência?

Eu acho que a música em si só já tem um papel político muito grande porque ela atravessa campos gigantescos. Ela está dentro de gamas muito para além do sentido do corpo. A música tem uma conexão astral que faz com que a gente preste atenção, se sinta à vontade para pertencer aquilo e se sinta parte para poder cantar o que a gente deixa preso. A música vem como uma válvula de expressão muito grande. A partir do momento que eu me vejo cantora, que eu me vejo criadora das minhas letras e propondo um diálogo através da palavra cantada, isso também é político. Isso também é falar quem sou eu. É falar, parafraseando Luedji Luna, o que o meu corpo no mundo está disposto a falar, para quem quer falar, para quem está escrevendo, para quem está criando. É muito importante para mim que seja o meu jeito de falar com as pessoas. Que seja o meu jeito de gritar os meus direitos, que seja o jeito que a banda escolheu para estar atrelada ao nosso público, que é uma maioria LGBTQI+, e fazer com que esse público sinta que a gente tem espaço junto. E que, a partir do momento em que eu estou reproduzindo [o som] em vários campos, saber que é possível, que a nossa luta tem valor, que a nossa voz tem que ser escutada. Por mais difícil e retrógrado que seja o que tenhamos vivido e o que iremos viver daqui para a frente, precisamos estar juntos e nos mantendo fortes na base. E também acho que a música tem um poder de cuidar da nossa sanidade mental. Ela permite a gente se conectar por três minutos ou cinco minutos, ou em uma hora e meia de show. Permite nos nutrirmos de um álbum novo, de uma esperança e de uma arte que é tão simples e poderosa como a palavra é.

**Fico pensando que atualmente é difícil fazer com que as pessoas se interessem pelo trabalho da mídia. Ao longo dos shows, o que você tem percebido que as pessoas procuram?**

No meu ponto de vista, acho que eu procuro na música parceria, no sentido de ter uma energia e uma ponte que eu possa dar a mão e me sentir segura. A música é um lugar que me deixa muito segura, cantar me deixa segura. Por mais nervosa que eu fique antes do show, cantar é quando eu sou eu inteira. Quando eu tô alinhada da cabeça até o meu pé, eu tenho o controle do ar, da mão. E também me permito perder esse controle. A música vem como uma firmeza, como uma projeção do que eu gostaria de ser cem por cento o que sou só de vez em quando. Então eu sinto que as pessoas procuram na arte esse brilho, esse respiro. As pessoas estão procurando calma e se procurando também. **Z**

**“A música**  
*permite nos nutrirmos de uma esperança e de uma arte, tão simples e poderosa como a palavra é”*

